

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoparade.com.br. Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Levi Vasconcelos



TEMPO PRESENTE
tempresente@grupoparade.com.br

Boas experiências na gestão da saúde baiana

O estigma: do vasto universo dos serviços de saúde baiano há muita coisa boa acontecendo, embora na mídia só prevaleçam os fatos negativos. Como virar o jogo?

— Já está o desafio que Maurício Dias, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos da Bahia (Fesfba), topou. Ontem ele realizou a segunda edição do Benchmarking Fesfba 2017, premiando seis trabalhos a partir de 25 inscritos.

Benchmarking é referência e Maurício diz que o foco é estimular boas práticas.

— O compartilhamento de experiências bem-sucedidas é extremamente salutar.

PREMIADOS — Os seis vencedores são: humanização, Santa Casa de Itabuna; pesquisa assistencial, Fundação José Silveira, com a experiência das pesquisas do Ibit em tuberculose; qualificação, Obras Sociais Irmã Dulce (Osid); gestão de custos, Hospital São Francisco, de Campo Formoso; socioambiental, Hospital São Rafael; e captação de recursos, Martagão Gesteira.

Desconfiança

Com 40 anos de promessas nunca cumpridas, a duplicação dos 18 quilômetros da BR-415 que ligam Ilhéus a Itabuna, cuja ordem de serviço foi assinada ontem, é vista com desconfiança por jornalistas ilheenses e grapiúnas, que ontem abordaram o governador Rui Costa sobre o fato:

— Mas agora sai. Sai porque o governador se chama Rui Costa.

VALEC — As desconfianças são adubadas por outros fatos. A Valec, a estatal das ferrovias, anunciou o fechamento do seu escritório em Ilhéus dizendo que vai preferir concentrar esforços a partir de Jequié.

A questão é que entre Barra do Choça e Ilhéus a Fiol já tem 30% prontos.

“Peço então aos poucos e honestos políticos que ainda existem lá em Brasília, ou no Brasil, que se posicionem. Saíam, por favor, desse silêncio acovardado”

FERNANDA MONTEIRO, atriz, bradando contra a censura e a corrupção, em vídeo nas redes sociais.

“Temos que evitar decisões panfletárias”

GILMAR MENDES, dizendo que o STF deve evitar confronto com políticos no julgamento do caso Aécio.

Novidades no metrô

Duas notícias sobre o metrô de Salvador, uma ruim e uma boa.

A ruim: a gratuidade para idosos, que era de 60 anos, vai passar para 65. Eduardo Coppello, presidente da Cia. de Transportes da Bahia (CTB), diz que a lei, aplicada em todos os segmentos, é de 65 anos e, com a integração, o ajuste teve de ser feito.

A boa: Rui Costa vai hoje (8h) a estação do Detran entregar a primeira passarela com escada rolante, modelo que será adotado em todas as demais. Fala Eduardo:

— É caso único no Brasil.

MOVIMENTO — E pouco a pouco o metrô vai se incorporando à vida da cidade. O movimento, que nas duas primeiras semanas após a integração era de 136 mil pessoas por dia, já avançou bastante. Está em 220 mil, em curva ascendente.

A meta é chegar a 500 mil.

Ponto vazio

José Pires, advogado e secretário de Desenvolvimento Urbano de Lauro de Freitas, diz que no conflito de terras com Salvador a legislação em vigor que define os limites territoriais deu uma boa contribuição para estabelecer a confusão:

— Em algumas situações estabelece os marcos citando: ‘Partindo de um ponto ideal...’. Ora, isso não diz nada. Mas deve prevalecer a situação social já consolidada.

Mateus Pereira/ Gov-BA/ Divulgação



SAMBA NO PELÔ | O Centro Histórico de Salvador, alvo de um banho de tinta e outros reparos feitos pela Conder, levanta mais o astral da área, como demonstra ontem o ‘Preto Velho’ com o seu pandeiro

Pérola de Guaratinga

O deputado Uldurico Pinto (PTN) viralizou na internet um discurso que ele fez na Câmara citando o caso do Hospital Joana Moura, de Guaratinga, por ele chamado de ‘pérola’.

O hospital ficou fechado de janeiro a julho para reforma, mas, nesse período, fez cirurgias como se funcionando estivesse.

— Mas a pérola não é essa. É que entre as pessoas que fizeram cirurgias há três mortos. Fazer cirurgia em morto, convenhamos...

O Ministério Público Federal está no caso. A prefeita Christine Pinto (PSD) está na mira.

POUCAS & BOAS

● No bojo da Semana da Criança o quilombo Pitanga de Palmares, em Simões Filho, foi escolhido para receber projeto de intercâmbio entre crianças de escolas urbanas e quilombolas por meio da Bahiater/SDR. Entre as atividades, o plantio de uma cápsula do tempo, com desenhos e pedidos de 50 crianças que só será aberta em 2025, ano meta do Brasil, no contexto do Acordo de Paris, para redução do efeito estufa.

● O filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval, franceses, estarão em Salvador de sexta até o dia 19 para uma série de conferências e também lançar o livro *Comum, Ensaio sobre a Revolução no Século XXI*, de autoria da dupla.

● Os dois franceses já passaram por São Paulo e Rio e na capital baiana terão o Grupo de Pesquisa Crise da Modernidade e a Revista de Olho na História como anfitriões. A agenda baiana começa sexta (16h) no PAF da Ufba, em Ondina.

● O reitor da Ufba, João Carlos Salles, dá coletiva hoje (10h30). Vai falar sobre a presença em Salvador de reitores federais que estão preparando o Fórum Social Mundial 2018, que acontecerá na capital baiana de 13 a 17 de março.

A luta desigual do contribuinte de IPTU contra o município de Salvador

Marcelo Nogueira Reis

Advogado

A luta dos contribuintes de IPTU contra as ilegalidades perpetradas pelo Município de Salvador na cobrança deste imposto já é por demais conhecida pelos cidadãos soteropolitanos.

Analisando os lançamentos de IPTU do ano de 2014 e comparando com os lançamentos de 2013, verifica-se que, na grande maioria dos casos, houve um aumento abrupto na base de cálculo considerada para fins de apuração do imposto de um ano para o outro. Isto porque a Prefeitura, sob a cômoda desculpa de que a planta genérica de Salvador estaria defasada há mais de 20 anos, promoveu a atualização da planta genérica e promoveu o lançamento esquecendo-se de que a planta genérica, apesar de não ter sido integralmente refeita, vinha sendo atualizada pelos índices de correção monetária nos últimos 20 anos.

De fato, os proprietários de terrenos foram os que mais sentiram o aumento da lei, pois para os imóveis comerciais e residenciais a Prefeitura previu uma “trava” de 35% de aumento para o exercício, a fim de ludibriar o contribuinte de Salvador e silen-

ciar a grande massa da população. Essa trava cairia no exercício de 2015, se não fosse a repercussão negativa que os aumentos trouxeram e fizeram os cidadãos se insurgirem, motivo pelo qual, ainda no exercício de 2014, o prefeito editou lei prevendo que o IPTU seria majorado apenas pelo IPCA nos três exercícios subsequentes e reduziu a alíquota máxima de IPTU de terrenos de 5% para 3%.

Não bastasse tal aumento desproporcional e desarrazoado, a Lei nº 8.464/2013 remeteu ao Poder Executivo a competência para publicar, “até dia 31 de dezembro de cada ano, para vigência no exercício seguinte, as tabelas de alíquotas progressivas para imóveis de uso residencial, não residencial e de terrenos”. Ao prever tal possibilidade, a mencionada Lei violou o princípio constitucional da legalidade, já que apenas lei aprovada pelo Poder Legislativo poderia majorar e instituir impostos e seus elementos (alíquotas).

Os cidadãos têm esperança de que o TJ-BA não ceda às pressões políticas

E o poder Executivo assim o fez quando, em dezembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa nº 12/2013, que preenche a tabela anteriormente trazida com fórmulas e lacunas e suas alíquotas correspondentes. Nesse ponto outra inconstitucionalidade surge: ainda que se considerasse válida a previsão de alíquotas por ato infralegal, a mesma violou o princípio da anterioridade nonagesimal, que estabelece o prazo mínimo de 90 dias a contar da data da publicação para que a lei tenha a eficácia para embasar a exigência de impostos, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição Federal, dentre as quais a alíquota de IPTU não está elencada.

Considerando todos esses argumentos é que os magistrados baianos de primeira instância, que enfrentaram as ações judiciais pertinentes ao tema ajuizadas pelos próprios contribuintes contra o aumento do IPTU, vêm anulando os lançamentos de IPTU de 2014, 2015, 2016 e 2017, por reconhecer a flagrante inconstitucionalidade da Lei.

Entretanto, ao se deparar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela OAB e partidos políticos, o Tribunal de Justiça da Bahia, em um primeiro momento, negou o pedido liminar, não por en-

frentar o mérito da Ação, mas por entender que o risco de dano ao Município com o deferimento da medida liminar seria muito maior do que aquele que os contribuintes estariam na iminência de sofrer.

A ADI voltou a ser tema de debates e discussões, pois o desembargador relator recentemente incluiu a Ação na pauta de julgamento e proferiu seu voto pela inconstitucionalidade da Lei, em favor dos contribuintes, portanto. Coincidentemente ou não, o prefeito da cidade enviou o Projeto de Lei nº 439 que, dentre outras alterações, pretende só agora incluir em lei a tão falada e condenada tabela de alíquotas trazida anualmente (desde 2014) em Instrução Normativa, reconhecendo, assim, a inconstitucionalidade da Lei nº 8.464/2013 e, por conseguinte, o IPTU de 2014 e dos anos subsequentes.

Os cidadãos soteropolitanos têm esperança de que os membros do Tribunal de Justiça da Bahia não cedam às pressões políticas sofridas e julguem a Ação Direta de Inconstitucionalidade de acordo com seu livre convencimento, amparado na lei e no direito, como deve ser. Ainda mais agora, diante deste reconhecimento expresso por parte da prefeitura, que tenta “legalizar” o IPTU através do Projeto de Lei nº 439/2017.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoparade.com.br

☉ A arte em xeque

Dois exposições sobre arte, recentemente inauguradas, provocaram polêmica e dividiram as opiniões de críticos, autoridades e visitantes. A Quermuseu, em Porto Alegre, em que artes plásticas se relacionavam com o universo LGBT, foi proibida e fechada sob acusação de “apologia a pedofilia e zoofilia”. Havia obras de arte de artistas renomados, como Alfredo Volpi e Adriana Varejão. Em São Paulo, no MAM, um coreógrafo se exibiu completamente nu, provocando tumulto e agressões, e também foi fechada. Determinada crítica acusava: “Homem nu no museu é pouca vergonha, pornografia”. Quem aprovou justificou com o argumento em defesa da liberdade artística e cultural. TIAGO MELLO, TIAGOMELLO65@GMAIL.COM

☉ Os novões no Quermuseu

A intelectualidade da zona sul carioca, sempre na “vanguarda”, brada contra a suspensão da exposição do Quermuseu. Quer saber se levariam seus netinhos para tocar um homem

nu. Dois novões queridos, Veríssimo e Zuenir, levariam? Duvidou! Mas omitem-se para não enfrentar o furor da sua classe e deixa prosperar uma suposta unanimidade. Pura hipocrisia. Isto lembra a piada do comunista que, respondendo a um capitalista, disse que sim, se tivesse duas, daria uma casa para os pobres; tendo dois carros, daria um para quem não tivesse. “E se você tivesse duas galinhas?”. Daria não. Por quê?! Porque duas galinhas eu tenho. A Justiça tem que moderar artistas que se excedem no seu conceito de liberdade de

expressão, tornando a classificação por faixa etária impositiva, e não simples recomendação aos responsáveis. PAULO ROBERTO SANTOS, PRSANTOS1952@BOL.COM.BR

☉ Crise institucional

A próxima quarta-feira, 11, será o dia D para o STF tentar solucionar a crise institucional que se instalou entre os poderes Judiciário e Legislativo, após a decisão daquela corte que afastou o senador Aécio Neves e lhe impôs a medida cautelar de recolhimento noturno. A reação do Senado foi de indignação e rebeldia, felizmente acalmada. Naquele dia estará em pauta uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin), sobre limites de competência entre os poderes. Se o STF decidir aplicar os preceitos do Código do Processo Penal e concluir que tem poder de afastar e aplicar medidas cautelares contra parlamentares, a reação dos senadores será de desobediência e insubordinação. De qualquer modo, o placar será apertado, já que não há unanimidade entre os membros do STF. CARLOS NEVILLE, CARLOSNEVILLE@GMAIL.COM

A Justiça tem que moderar artistas que se excedem no seu conceito de liberdade de expressão

☉ Poluição sonora

Aqui na rua Professor Viegas, no Barbalho, carros colocam som em alto volume todo fim de semana, na porta de três bares que ficam próximos uns dos outros: Bar do Joãozinho, Point da Codorna e Bar Manto Sagrado. Se os proprietários dos bares permitem que seus clientes façam isso, eles também não deveriam ser advertidos e até multados? Porém a fiscalização de poluição sonora nunca aparece. Tentei registrar queixa por meio do 156, mas o serviço está mais ineficiente do que na época de João Henrique. Liguei cinco vezes em horários diferentes, cheguei a esperar meia hora e fiquei irritado com a mensagem repetida no sistema: “A prefeitura de Salvador está trabalhando por uma cidade cada vez melhor”. Está trabalhando onde? Aqui na nossa rua não está fazendo nem o básico. Agora, veja como a fiscalização é rápida e rígida quando um simples carro do ovo incomoda, por cinco minutos que seja, os moradores de bairros ricos. VIRGÍNIA M. GOUVEIA, VIVIRGINIAMATOS@YAHOO.COM.BR